

ENERGIA



Previdência atrasa projeto sobre risco hidrológico na Câmara e preocupa elétricas

Projeto de lei viabilizaria acordo para encerrar uma longa e bilionária disputa judicial sobre o risco hidrológico na operação de usinas hidrelétricas



Previdência atrasa projeto sobre risco hidrológico na Câmara e preocupa elétricas

FOTO: REUTERS

REUTERS •

Publicado em 21/03/19 às 10:32

A prioridade dada pelo Congresso às discussões sobre a reforma da Previdência tem atrasado a votação na Câmara de um projeto de lei que viabilizaria acordo para encerrar uma longa e bilionária disputa judicial sobre o risco hidrológico na operação de usinas hidrelétricas, o que gera apreensão entre agentes do setor elétrico.

A aprovação da matéria foi colocada pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, como uma das principais bandeiras de sua pasta, que chegou a prever uma deliberação ainda nos primeiros trinta dias do ano legislativo, o que não se confirmou.

O sócio da consultoria em relações governamentais Dominion, Marcelo Moraes, disse à Reuters que chegou a esperar que uma reunião de líderes dos partidos nesta semana aprovasse a entrada do projeto na pauta da Câmara para esta semana, o que também não se concretizou.

"Nossa expectativa é que isso possa ser discutido na reunião de líderes da semana que vem. Pelas informações que tenho, já houve conversa entre Executivo e Legislativo e haveria acordo, agora é realmente uma questão de vontade política e de oportunidade", afirmou.

"Mas a reforma da Previdência é a prioridade zero do governo e da Casa, então qualquer coisa que vá atrapalhar isso fica em segundo plano. Espero que esse projeto não entre nisso... É a grande matéria de curto prazo do setor elétrico", acrescentou.

As discussões sobre a proposta começaram ainda durante a gestão Temer, quando ela foi aprovada no Senado. Agora, uma aprovação sem mudanças no Plenário da Câmara já levaria a matéria para sanção presidencial.

O projeto prevê compensar operadores de hidrelétricas por parte das despesas com o risco hidrológico por meio de uma prorrogação dos contratos de concessão das usinas, mas apenas sob a condição de que sejam retiradas ações judiciais com as quais elétricas têm conseguido evitar as cobranças.

O acordo encerraria uma disputa que começou ainda em 2015 e no momento envolve cerca de 7 bilhões de reais.

Por conta das liminares, o processamento de janeiro das liquidações financeiras das operações do mercado de curto prazo de energia, que promove pagamentos e recebimentos entre as empresas do mercado, deixou 7,58 bilhões de reais em aberto, sendo que desse valor 6,97 bilhões devem-se a decisões judiciais que isentam alguns agentes de custos com o chamado risco hidrológico.

"Tem que resolver isso, desatar esse nó. Primeira coisa é resolver esse problema, que o governo até já sinalizou que é prioridade total", disse o presidente do centro de estudos Acende Brasil, Claudio Sales.